

ENERGIA

Governo quer ar-condicionado mais eficiente

O Ministério de Minas e Energia (MME) está prestes a anunciar uma proposta para exigir uma maior eficiência energética dos aparelhos de ar-condicionado vendidos no país. Os fabricantes estão de acordo com as novas normas, que, se aprovadas, eliminarão do mercado cerca de 40% dos modelos atuais. O movimento para tornar a regulamentação do eletrodoméstico mais exigente coincide com a recente discussão no governo sobre o fim do horário de verão. Segundo estudo do próprio MME, a hora adiantada na época mais quente do ano não resulta mais em economia de energia, e o consumo energético gerado pela popularização dos aparelhos de ar-condicionado é uma das principais razões.

Atualmente, um condicionador de ar do tipo split precisa ter um coeficiente de eficiência energética (CEE) de, pelo menos, 2,6 para ser comercializado no país. Em sua última reunião, em 31 de agosto, o Comitê Gestor de Indicadores de Eficiência Energética (CGIEE) do MME decidiu propor a elevação do índice mínimo exigido dos modelos split para 2,81 e, depois, 3,02, em etapas diferentes para fabricantes, atacadistas e varejistas do setor.

PRAZO DE DOIS ANOS PARA SAIR DO MERCADO

Segundo esse cronograma, todos os equipamentos split com CEE abaixo de 3,02 terão de ser retirados do mercado em um prazo de dois anos a contar da data de aprovação da nova regulamentação. É o caso de cerca de 40% dos modelos atuais. Mas há discordância quanto à ambição da proposta dentro do próprio comitê do MME. Criador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Energéticas da **Unicamp** e representante da academia no CGIEE, Sergio Bajay considera “tímidos” os valores propostos.

O presidente da Associação Brasileira de Refrigeração, Ar-condicionado, Ventilação e Aquecimento, Arnaldo Basile, alega que, como a indústria está concentrada na Zona Franca de Manaus, há uma porcentagem de componentes que têm de ser comprados localmente – e que não são tão eficientes quanto peças trazidas de fora – para se ter acesso a incentivos fiscais.

México, China e Índia são citados pelo professor de Sistemas Energéticos da **Unicamp**, Gilberto Jannuzzi, como exemplos de países que têm sido mais agressivos no estabelecimento de índices mínimos.